

ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Juliano Boettge Peres ¹

RESUMO:

Sabe-se que o contexto antirracista é conhecido por longos anos e trabalhado em todas suas formas para a sua desconstrução. Contudo, diante de inúmeras condutas de efeitos discriminatórios, principalmente no contexto escolar, é verificada a necessidade da realização de uma pesquisa com objetivo de identificar e conhecer estratégias ou práticas que possibilitem instituições escolares a minimizarem a desigualdade racial acometida entre alunos. Também busca-se retratar a atual situação racial encontrada dentro do contexto escolar. A pesquisa deveu-se através de uma revisão bibliográfica, nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações). Identificou-se que, mesmo havendo muitos avanços na legislação, na luta da desigualdade racial dentro de escolas, é possível constatar que ainda há ordem discriminatória entre os discentes, bem como o despreparo de professores frente à situação. No entanto, a construção de um currículo escolar autônomo inter-racial e a inter-relação étnica racial envolvida em várias disciplinas, são alguns dos cenários evidenciados pelos autores neste estudo. Acredita-se que, como sugestão de enfrentamento ao racismo nas escolas, a proposta deveria começar dentro do educandário, com a aproximação do aluno com a cultura africana, por meio da aplicação de didáticas e técnicas de intervenção que resultem na valorização cultural, como instrumento de construção para uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave - Racismo. Racismo Escolar. Estratégias Educacionais.

RESUMEN

Se sabe que el contexto antirracista es conocido desde hace muchos años y ha sido trabajado en todas sus formas para su desconstrucción. Sin embargo, ante innumerables conductas de efectos discriminatorios, principalmente en el contexto escolar, se verifica la necesidad de realizar una investigación con el objetivo de identificar y conocer estrategias o prácticas que permitan a las instituciones escolares minimizar la desigualdad racial experimentada entre los alumnos. También se busca retratar la actual situación racial encontrada dentro del contexto escolar. La investigación se centró en una revisión bibliográfica, en las bases de datos SciELO (Scientific

¹ Graduado em Licenciatura em Geografia – Uniasselvi. Pós-graduação em metodologia ensino de Geografia. Pós-graduação em ensino integrado de história, geografia, sociologia e filosofia – (IFSC), Pós-Graduado em Gestão Escolar (IFSC), Mestrando Geografia (FURG), Graduando em Pedagogia (UDESC),

Electronic Library Online) y BDTD (Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones). Se identificó que, aunque haya muchos avances en la legislación y en la lucha contra la desigualdad racial dentro de las escuelas, todavía se puede constatar la existencia de discriminación entre los estudiantes, así como la falta de preparación de los profesores frente a la situación. Sin embargo, la construcción de un currículo escolar autónomo inter-racial y la interrelación étnico-racial involucrada en varias disciplinas son algunos de los escenarios evidenciados por los autores en este estudio. Se cree que, como sugerencia para enfrentar el racismo en las escuelas, la propuesta debería comenzar dentro del centro educativo, con la aproximación del alumno a la cultura africana a través de la aplicación de didácticas y técnicas de intervención que resulten en la valorización cultural, como instrumento de construcción para una sociedad más igualitaria.

Palabras clave: Racismo. Racismo Escolar. Estrategias Educativas.

1. INTRODUÇÃO

Quem acompanha as mídias sociais e demais meios de comunicação percebe como a desigualdade social na sociedade brasileira reflete no país. Esses são frutos do racismo estrutural, presente no cotidiano das pessoas. Sabe-se que este tema é amplamente discutido e percorre inconscientemente as escolas, o trabalho, locais de recreação, mídias, entre outros, sendo suas ações reconhecidas por organizações sociais, órgãos públicos, na política e principalmente no próprio ambiente escolar (HERINGER, 2002).

Contudo, o racismo na escola é algo que por vezes torna-se difícil de identificar, visto que este pode se manifestar por meio de sutilezas ou da própria discriminação, como uma injúria racial que um sujeito comete a outro por exemplo. No entanto, existem inúmeras dificuldades entre crianças e jovens negros frequentarem as escolas e, dentre as quais podemos destacar a distância da residência até o educandário, que além de causar problemas de aprendizagens, podem levar a impermanência de alunos em escolas, logo, além dos problemas de logísticos de chegar até o educandário, identifica-se o preconceito existente, que impossibilita alunos negros a dar continuidade aos estudos (PASSOS, 2020).

De acordo com Carvalho e França (2019), as políticas de educação brasileira ainda têm sido insuficientes para enfrentar as desigualdades raciais que, marcam historicamente o acesso, a permanência e aprendizagem de crianças e adolescentes negros e pardos em instituições escolares no Brasil. Neste cenário, quanto mais esse fato se alastra, maior é a sua preocupação, pois não refere-se aos alunos que possuem condições financeiras que permitem o seu acesso nas redes de ensino e sim, a desigualdade – de não ser tratados na mesma proporção, não

possuírem as mesmas chances e oportunidades como qualquer outra criança e, ainda a necessidade de conviver diariamente com paredes e muros de escolas pichados, demonstrando tamanho o preconceito existente (NASCIMENTO, 2020).

Diante do que foi relatado, o presente artigo tem como objetivo geral realizar uma revisão bibliográfica, buscando identificar estratégias educacionais para o enfrentamento ao racismo escolar, bem como, observando quais os estudos inter-raciais estão sendo desenvolvidos dentro do Brasil. Como objetivos específicos, observar as legislações e políticas públicas educacionais relacionados ao contexto inter-racial e propor estratégias para o enfrentamento do racismo nas escolas.

Acredita-se que, por meio da literatura será possível obter uma revisão integrativa e, realizar um levantamento de recursos que possam estar sendo empregados em instituições escolares objetivando mapear meios de enfrentamento desta desigualdade racial.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, são apresentados alguns conceitos relacionados ao tema principal da presente pesquisa, de forma a prover uma contextualização ao leitor. Neste sentido são apresentadas questões relacionadas ao racismo e as desigualdades sociais, comunidade escolar e as práticas racistas e estratégias educacionais para enfrentamento ao racismo.

2.1 RACISMO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

É verificado ao longo da história, que a desigualdade social é um mal que assola a sociedade. Neste sentido, ao longo dos anos é possível identificar preconceito, discriminação e exclusão de pessoas no Brasil, em especial dos negros.

O processo histórico cultural de formação da sociedade brasileira, onde os métodos e o modo de produção capitalista, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, entre outros fatores, contribuíram para a construção denominada “desigualdade racial”. No Brasil esse ambiente desprivilegia a população negra, mesmo que a vigente Constituição da República Federativa estabeleça que todos são iguais (FREITAS; ENGLER, 2015).

Finokiet (2016) descreveu que, o preconceito racial é algo advindo desde os finais do século XVIII até início do século XIX e, na maioria das vezes esteve associado à política de colonização, adotada pelo estado brasileiro e às preferências pela imigração. Esta resultou em colonialismos internos e do eurocentrismo, forçando a criação de uma sociedade europeia ainda

seja mais vislumbrada como modelo e espelho para completar o projeto da modernidade.

Considerando escolas públicas, foi possível identificar como estas articulações ocorrem, entre desenvolvimento/subdesenvolvimento e racialização de grupos específicos, como negros e pardos entre os alunos - bem como as questões de gêneros nas escolas públicas não são tratadas com tamanha importância, contribuindo para instituições escolares desiguais.

Segundo Carvalho e França (2019), a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2016, descreve que em torno de dois milhões de crianças e adolescentes negros com faixa etária de 04 a 17 anos, encontram-se fora das escolas, acredita-se que esta exclusão afeta principalmente pessoas provenientes de locais mais vulneráveis, onde raça e cores de pele preta e parda, são acentuadas, evidenciando total discriminação e privadas de muitos direitos constitucionais.

Ao observar as diferenças entre as situações educacionais entre brancos e negros, preocupa-se como crianças e jovens sofrem a significativa defasagem educacional, que é reflexo, entre outras situações – de um sistema social e educacional cumulativas de preconceito racial dentro e fora de instituições de ensino, com centralidade de currículos colonizados e acríticos dos indivíduos (CINTRA; WELLER, 2021). Nascimento (2020) descreve que uma manifestação de racismo estrutural é o silenciamento de uma instituição frente às ações e situações racistas ocorridas, onde torna-se até contraditório dizer que, o silêncio pode ser um tipo de manifestação.

Essas construções silenciosas são frutos da história e cultura negra, do afronto a estética negra, do preconceito, dos estereótipos negativos, da discriminação, das políticas de ação afirmativa, entre outras coisas, que se refletem em amarras curriculares. Essas questões aperfeiçoam os caminhos da educação básica e acabam afastando e mantendo os jovens negros fora da escola em diversas etapas da educação básica e do ensino superior. Isso, em diversas situações, coloca em risco a capacidade do aluno de continuar na escola, que se baseia em um modelo de indivíduo, conhecimento e cultura dominantes (HOOKS, 2013).

Contudo, a educação é sem dúvida um veículo de transformação social e não pode ocorrer dissociação da mesma. Como um dos instrumentos da educação, a escola é um espaço de interações e representações sociais, ou seja, um espaço social histórico e cultural de seus alunos. Porém, para Santos (2014) diante da realidade brasileira de exclusão social e educacional de afrodescendentes, de lutas e movimentos sociais que resultaram em políticas públicas a seu favor, ainda não é possível perceber uma educação antirracista – ao contrário, percebemos um silenciamento das escolas frente a este assunto, apesar de muitos avanços e empreendimento legais nas últimas décadas.

Em sala de aula, nem todos os professores têm consciência das atitudes que perpetuam a discriminação do preconceito racial. Em vista deste cenário, torna-se necessário introduzir um discurso contínuo sobre o tema em sala de aula, para que educadores, família e alunos estejam todos cientes do assunto e do quanto esta desigualdade pode prejudicar nosso crescimento histórico social e cultural. A sociedade precisa ter um debate constante sobre este tema, é necessário que professores e educadores sejam capazes de intervir nessa realidade afim de que todos que encontram-se inseridos sejam respeitados em suas subjetividades (LOUZADA, 2017).

De acordo com Ferreira e Camargo (2011), a manifestação discriminatória dentro do processo educativo tem contribuído para uma série de agressões físicas e simbólicas, que acomete ao sofrimento de crianças e jovens de classes vulneráveis, bem como e principalmente, negros. A escola é um dos lugares mais fundamentais para a construção da identidade do indivíduo, e acaba se tornando um meio de preconceito e discriminação diariamente.

Costa (2012) reforça que, o ambiente escolar é uma via de acesso à cidadania, formação de capacidade crítica e inserção no mercado de trabalho. Entretanto, pode ser também denominado um espaço de discriminação social e racial, onde as brincadeiras pejorativas entre colegas, muitas vezes tidas como “inocentes”, podem esconder padrões de comportamentos que contribuem no compartilhamento do racismo na sociedade.

2.2 COMUNIDADE ESCOLAR E AS PRÁTICAS RACISTAS

Utilizando as bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) e BDTD (Biblioteca Digital de Tese e Dissertações) descobriu-se que há uma significativa evasão escolar de crianças e jovens de cor, bem como disparidades educacionais quando comparadas às crianças brancas. O adolescente negro de 25 anos tem escolaridade mediana de 6,1 anos, enquanto um adolescente branco da mesma idade tem uma escolaridade mediana de 8,4 anos.

É importante notar que a necessidade de educação antirracista, apesar de ter sido introduzida de forma legislativa no sistema educacional brasileiro em nível federal com a implementação da Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, na qual se torna obrigatório o ensino da História e Culturas Africanas e Afro-brasileiras (CAVALLEIRO, 2005), ainda não é bem trabalhada, dentro do contexto escolar. Contudo sendo considerado um marco na luta por uma educação antirracista, a mesma não se estende à educação infantil, o documento norteador da atividade educadora desta área, defende que as práticas educativas devem estar comprometidas com o rompimento de relações étnico-raciais (SUZUKI, 2019).

A concepção de escola que possibilita a reflexão acerca da igualdade racial é aquela onde a educação não é puramente tecnicista e utilitária. Nas instituições de ensino atualmente, se aprende aspectos do desenvolvimento da vida em sociedade, preparação para o mercado de trabalho, conteúdos históricos e equivalência para o conhecimento como um todo. Todavia, o que é possível identificar, é a existência de uma dicotomia entre o que se trabalha através do currículo escolar e a realidade concreta dos alunos (FREITAS; ENGLER, 2015).

Estudantes negros devem ter direito ao conhecimento escolar, devem ter garantidas as condições que permitam seu ingresso, matrícula e permanência nas instituições educativas, além de meios necessários para o acompanhamento das atividades escolares, sejam elas presenciais ou remotas, como qualquer outro aluno (REIS, 2021). Para Mbembe (2017), estes estudantes que lutam com a desigualdade social, educacional e economicamente financeira, é necessário garantir a efetivação dos seus direitos sociais, mas propor medidas que combatam este distanciamento educacional, promovendo meios democráticos que possibilitem o comprometimento com políticas públicas focalizadas na educação dos direitos humanos.

Na escola observamos muitos casos de racismo, de preconceitos e discriminação, onde muitas vezes o docente não consegue minimizar o problema por falta de experiência, qualificação ou, até mesmo, por incapacidade em lidar com a diversidade, tornando-se um ambiente confuso, em momentos que exigem intervenções para que o problema não se torne uma agressão mais séria (GONÇALVES, 2022). De acordo com Munanga (2005), essa falta de preparo é considerada como reflexo do mito de democracia racial, o qual compromete o objetivo fundamental da missão da escola, no processo de formação de futuros cidadãos responsáveis pelo amanhã.

Cavalleiro (2001), em seu trabalho evidencia a interação entre adultos e crianças, em um ambiente escolar. Esse descreve que no ambiente escolar, há falta de esperança entre alunos negros, bem como a ausência de respeito com os mesmos, manifestada por meio de xingamentos e uma inadequação nas respostas dos professores em relação a estes comportamentos.

As práticas pedagógicas antirracistas precisam ser introduzidas aliadas a um longo prazo de discussão, para que possa permitir a reflexão relacionada à suas próprias práticas e a forma como poderá produzir resultados no seu contexto cultura e textual dentro de salas de aula. Os alunos precisam ser desafiados quanto a situações que estes presenciem e aprendem na escola, estimulando a sua discussão sobre o tema, como por exemplo, ter visão oficial dos acontecimentos, como da trajetória histórica que se deu com a abolição da escravatura no Brasil. Opiniões e alternativas de história precisam ser ensinadas e discutidas (FERREIRA, 2012).

Ainda que maior parte da população brasileira seja negra ou parda, a proporção de alunos negros que possuem acesso ao ensino superior ainda é significativamente menor que alunos brancos. Apesar de anos de avanço promovido pelas políticas antirracista, ainda faltam políticas voltadas para a permanência de estudantes negros nas escolas, logo – a escassez de alunos negros em universidades, equivale a uma sociedade racista, que naturaliza este tipo de situação no meio educacional (BORRET et al., 2020).

2.3 ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO

As políticas de educação brasileira ainda tem sido insuficiente para enfrentar as desigualdades que marcam historicamente o acesso, a permanência e a aprendizagem de crianças e jovens negros nas escolas (CARVALHO; FRANÇA, 2019). No entanto, torna-se importante desenvolver meios e técnicas que possibilitem o enfrentamento da desigualdade racial entre os alunos.

Moura e Autiello (2017), trazem como estratégia, a utilização de um jornal no ambiente escolar, como atividade permanente para educação das diversidades étnico-raciais. Matos et al., (2017), propuseram um projeto anual desenvolvido na escola, promovendo o diálogo entre estudantes, professores e convidados, a fim de desenvolver a temática étnico-racial. Rohden (2009), acredita que estratégias voltadas a ação docente, são uma ótima opção de intervenção quanto ao racismo, a partir da formação continuada de professores e um curso de formação a distância para professores.

Notam-se poucos artigos de pesquisa, que possibilitem a desconstrução do racismo escolar através de meios didáticos, jogos ou aplicação de técnicas efetivamente contribuam para que o aluno entenda por meio do conhecimento e prática, sobre a desigualdade racial encontrada dentro de salas de aula. Logo, acredita-se que propostas como está possam contribuir para o trabalho de pesquisa aqui descrito, tornando-se um diferencial dentro do educandário.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho é caracterizado como uma revisão bibliográfica, a qual compreendeu as bases de dados SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações). A escolha destas bases de pesquisa se deu em função de apresentarem produções científicas confiáveis. Como critério de busca foi definido o

período de 2016 a 2021 para avaliação dos trabalhos. A busca foi realizada com base nos seguintes descritores “racismo”, “escola”, “racismo escolar” e “políticas educacionais”.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir da busca as referidas bases de dados, foram observados 50 artigos. Destes, alguns foram excluídos devido ao fato dos conteúdos apresentados descaracterizarem o objetivo de pesquisa, bem como pesquisas internacionais, bem como em outro idioma e estudos relacionados a nível universitário. Aplicados os critérios de exclusão citados, foram selecionados 8 estudos. Por meio desta busca, foi possível identificar uma gama de conteúdos relacionados ao combate ao racismo nos mais diversos segmentos e estruturas da sociedade. Não somente conteúdos, mas ações realizadas em prol da desigualdade racial no Brasil.

Assis (2018) evidenciou que, embora existam alterações LDB há mais de quinze anos, estas não se fazem presentes no diário escolar de muitas instituições de ensino, ou seja, o ambiente escolar ainda não representa uma diversidade cultural afro-brasileira. Da mesma forma, algumas determinações normativas, como a participação e criação de livros didáticos com pauta para igualdade racial nas escolas, ainda parece estar longe de concretizar.

Isto reforça que, muitas medidas políticas pedagógicas estão sendo banalizadas e o seu efeito cultural de ensino e aprendizagem tratado de forma insignificante por instituições de ensino. As evidências apontadas por Carvalho e França (2019), na qual ressaltam a importância da formação docente e a implementação da Lei nº 10.639/2003, como estratégia de combate ao racismo. Os estudos acerca desta temática, precisam se expandir, pois tratam-se de discussões importantes, possibilitando o compartilhamento dos recursos utilizados, podendo contribuir no enfrentamento do racismo nas escolas.

Foi evidenciada representações sociais dos professores sobre as relações étnico-raciais nas escolas, que descrevem a dificuldade e implantação de projetos de intervenção, na qual resulta na impotente formação de professores na educação étnico-racial, trabalhando escolas despreparadas no contexto da diversidade, onde o currículo voltado para a diversidade sociocultural ainda é um desafio nas escolas, não havendo um planejamento escolar adequado para o desenvolvimento de atividades que combatam o racismo (SANTOS, 2018).

Gonçalves (2018) considera que existe certa articulação entre as secretarias municipais de educação em prol de ações e efetivação da Lei nº 10.639/2003, na qual oferece momentos de formação para professores, contudo necessita de ações pedagógicas curriculares inter-raciais, que sejam presentes dentro do processo educativo. Associações negras enxergam o caminho da

educação e acreditam que a inserção do negro no mundo é um meio importante para a mobilização em torno da justiça social. Nesta situação é evidenciado que órgãos públicos estão comprometidos com a Lei de estabelecimento da obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira” em grades curriculares do ensino fundamental e médio, possibilitando a construção de uma sociedade desigual, a partir de ensino descentralizador.

Contudo, devemos compreender que para a efetivação de uma construção curricular autônoma em consonância com as administrações legais e escolares, é preciso reconhecer a descentralização cultural em espaços e ambientes escolares de conteúdos étnicos raciais e quilombolas dentro do contexto curricular, tornando algo homogêneo criando uma horizontalidade do espaço quilombo (cultural) com o espaço da escola (institucional), através de projetos culturais e artísticos (LOUZADA, 2017).

O cenário de igualdade étnico racial nos centros de educação a nível municipal, encontram-se em processo de desenvolvimento, tendo os seus docentes influência na cultura de negação do racismo no Brasil. Portanto, torna-se necessário o investimento em formação específica, possibilitando o desenvolvimento de uma prática educativa, na qual promova a igualdade racial dentro de instituições escolares, contemplando as Diretrizes Curriculares Nacionais (SUZUKI, 2019).

No que refere-se à categoria professor *versus* escola, é evidenciado a partir de um estudo que, as relações étnico raciais podem ser desenvolvidas em várias disciplinas, podendo as mesmas se dialogarem entre si. Neste momento pode-se perceber uma interdisciplinaridade na construção desta proposta na cultura negra, havendo mais harmonia e similaridade entre professor e aluno dentro da temática, possibilitando a desconstrução de um ensino desigual (NÓBREGA, 2019).

É necessário promover um ambiente educacional e um processo de ensino-aprendizagem pautado na integralidade do cuidado e na equidade racial, devendo reconhecer o racismo como fator que atravessa a subjetividade de toda a população brasileira. Deve ser precedidas propostas desde o letramento racial, como meio para impedir o racismo escolar a partir do ensino infantil, possibilitando promover e fortalecer como pauta de formação, ao longo de um conjunto de processo organizacional, possibilitando criar estratégias através da inclusão da temática racial no currículo formal escolar (BORRET et al., 2020), pois é verificado que no contexto escolar ocorrem casos de discriminação diariamente. Da mesma forma, é observado que por vezes os educadores tentam ocultar a prática do preconceito. Entretanto, esta é uma prática que acaba deixando o aluno sem autoestima e perspectiva; educacional para o futuro.

Pode-se observar que entre os anos de 2016 a 2020, houveram pesquisas ou ações relacionadas à defesa deste tema, tratando de meios e estratégias, ou até mesmo retratando a atual situação da desigualdade racial acometida dentro do contexto escolar.

Durante a pesquisa ficou evidenciado que, há poucas estratégias e intervenções no meio educacional de enfrentamento ao racismo na escola, mesmo havendo legislações pertinentes, políticas públicas que evidencie esta desigualdade no país, ainda há pouco recurso dentro do contexto escolar que possibilite a desconstrução desta esfinge de desvalorização da cultura afrodescendente.

Identificaram-se bases de intervenções acerca do currículo escolar autônomo, onde há descentralização e promoção da valorização da cultura étnico racial entre alunos dentro de salas de aula. Outro ponto encontrado, descreve sobre a construção de um método onde a cultura afrodescendente possa ser dialogada e correlacionada entre várias disciplinas, logo, este método além de ampliar a visão sobre o assunto, reforça o quanto é importante a desconstrução da desigualdade racial, além da formação docente dentro do contexto da Lei nº 10.639/2003 e as políticas públicas inter-raciais que poderão possibilitar a valorização da cultura afro descendente, principalmente nas escolas, onde sairão agentes transformadores de uma nova sociedade.

5. CONCLUSÃO

Durante a pesquisa foi possível identificar uma vasta quantidade de artigos relacionados à discriminação e racismo em diferentes segmentos, sejam eles escolares, profissionais ou públicos. Isto evidencia que esse tema é de grande interesse de muitos docentes e discentes, na busca por ferramentas que auxiliem na redução das desigualdades no país.

Esta análise proporcionou a verificação do que vem sendo publicado sobre a temática do racismo e do preconceito na área da educação e principalmente que alguns recursos estão sendo utilizados para combatê-los. A nível municipal estas estratégias tem ganhado foco, onde o desenvolvimento de práticas tem possibilitado a desconstrução de uma escola desigualmente racial, por meio da construção de um currículo escolar autônomo, possibilitando a descentralização dos estudos culturais em instituições de ensino, trabalhando as inter-relações étnicas raciais em consonância com várias disciplinas, permitindo que dialoguem-se entre si.

Também, foi possível averiguar a formação docente em projetos culturais e artísticos, mudanças curriculares e de ensino no combate ao preconceito, bem como em livros didáticos

na qual foram criadas estratégias como forma de sugestões para aplicações em espaços escolares.

Sabe-se que, há dificuldade entre os docentes para lidar com as situações de preconceito dentro da sala de aula, entre crianças e jovens, por isso sugere-se como estratégia para o enfrentamento do racismo dentro do educandário, o investimento na formação de professores.

Diante das intervenções encontradas, acredita-se que perante tantos avanços na legislação, políticas públicas, estratégias educacionais aplicadas, ainda há muitos recursos a serem repensados neste contexto inter-racial como, propor intervenções dentro de sala de aula, através de trabalhos, jogos, execução de tarefas práticas, ou seja, possibilitando que a didática entre também como meio descentralizador de enfrentamento ao racismo. A educação continuada com docentes, também torna-se uma ferramenta intervenção, uma vez que, possibilitará que o profissional traga meios de intervenção para trabalhar juntamente com alunos e, possibilite que os profissionais saibam lidar a situação, pois diante do apresentado nesta pesquisa, ainda há muito o que se fazer para desconstrução da desigualdade racial.

Torna-se importante considerar os resultados obtidos nesta revisão, pois diante do apresentado sobre desigualdade racial dentro de escolas. Esta temática ainda precisa expandir seus estudos, visto que, as informações e discussões tornam-se importantes para aprofundar o tema e, principalmente divulgar os recursos que encontram-se sendo utilizados no enfrentamento do racismo, como forma de estar aperfeiçoando e conhecendo novos métodos que possam ser trabalhados.

Dentre as diferentes formas de se trabalhar o presente conteúdo, assim como com base nos estudos avaliados, sugere-se como práticas de ensino as rodas de conversas, apresentação de conteúdos audiovisuais, como filmes e vídeos que evidencie a valorização da cultura afro descendente e propor um acompanhamento étnico racial entre os alunos. Desta forma se busca possibilitar o crescimento da igualdade racial dentro das escolas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, L. C. Referentes político-normativos de cumprimento dos artigos 26A e 79B da lei de Diretrizes e Bases: uma pauta para igualdade racial nas escolas. **Dissertação (mestrado) do Programa de Pós Graduação em Educação**. Universidade Federal do Paraná – PR, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/57188> Acesso em: 12 de abril de 2022.

BORRET, R. H. et al. Reflexões para uma prática em saúde antirracista. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 48, 2020. Disponível em:

Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 11 de abril de 2022.

CARVALHO, D. M. S.; FRANÇA, D. X. Estratégias de enfrentamento ao racismo na escola: uma revisão integrativa. *Revista Educação e Formação*, v. 4, n. 12, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5858/585861585008/html/> Acesso em: 04 de abril de 2022.

CAVALLEIRO, E. Discriminación y pluralismo cultural em la escuela – São Paulo, Brasil. In: La discriminación y el pluralismo cultural em la escuela: casos de Brasil, Chile, Colômbia, México y Peru. **Unesco**, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000145989> Acesso em: 12 de abril de 2022.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro, p. 141-60, 2001. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=i-R8vRCbQh8C&oi=fnd&pg=PA11&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+antirracista+cavalleiro+2001&ots=6YFhGWZ9dq&sig=tr2_AyMiFCmsN0AXZKSjUJIKkNk#v=snippet&q=educa%C3%A7%C3%A3o%20anti-racista&f=false Acesso em: 12 de abril de 2022.

CINTRA, E. D.; WELLER, W. Jovens negras no Ensino Médio público e privado: leituras interseccionais sobre suas vivências e percepções do racismo. **Educar em Revista**, v, 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vvnx5WJpJBKN8WPf6LzRPjp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 de abril de 2022.

COSTA, E. S. Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira. **Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-13082012-104304/pt-br.php>. Acesso em: 12 de abril de 2022.

FERREIRA, A. J. Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. In: *Relações Raciais e Educação*. **Revista de Educação Pública**, v. 21, n. 46, p. 275-288, 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/download/408/373/520+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 12 de abril de 2022.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 2, p. 647-389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CppZVmlfcpHtFr7WCNPgpGq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 de abril de 2022.

FINOKIET, M. Discursos e práticas sociais em escolas de Canguçu – Rio Grande do Sul: articulações entre racialização e desenvolvimento. **Tese (em doutorado) do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural**, Porto Alegre, 2016. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/150530/001009431.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 07 de abril de 2022.

FREITAS, T. P.; ENGLER, H. B. R. Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc.**, n. 121, p. 32-47, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Tt74rDr5jKGqNM4Z4M6CzHg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 de abril de 2022.

GONÇALVES, F. L. C. O papel da escola na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação: a fomentação profissional dos educadores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco. **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-papel-escola-na-desconstrucao-racismo-preconceito.htm> Acesso em: 12 de abril de 2022.

GONÇALVES, R. C. R. Afrodescendentes na sociedade brasileira: (in) visibilidade entre as leis e práticas educacionais (Escolas Municipais de Goiânia-2017). **Dissertação (mestrado) do Programa de Pós Graduação em História**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4013> Acesso em: 12 de abril de 2022.

HENRIQUES, R. **Silêncio – o canto da desigualdade racial, em - Racismos contemporâneos - organização Ashoka**. Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. – Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios do campo das políticas públicas. **Caderno Saúde Pública**, v. 18, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sqxP3HJB58RwMKVHNPCdNyw/?lang=pt> Acesso em: 29 de abril de 2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE. **Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Postado em 12 de novembro de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais> Acesso em: 12 de abril de 2022.

LOUZADA, J. A. Educação quilombola e leituras curriculares em São José da Serra. Identidades e políticas possíveis. **Dissertação de Tese (em mestrado) do Programa de Pós Graduação em Educação** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/10001> Acesso em: 04 de abril de 2022.

MATOS, M. S.; BISPO, A. M. C.; LIMA, E. A. C. Educação antirracista e a Lei 10.639/03: uma proposta de implementação a partir do novembro negro do IFBA. **Holos**, v. 2, p. 349-359, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4861> Acesso em: 29 de abril de 2022.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.



MOURA, A. L. C.; AUTIELLO, S. L. M. A imprensa negra como estratégia de trabalho para a formação leitora no espaço escolar. **Entreletras**, v. 8, n. 2, p. 282-300, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/974> Acesso em: 29 de abril de 2022.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005.

NASCIMENTO, I. S. O racismo estrutural na escola e a importância de uma educação antirracista. **CENPEC**, 2020. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/o-racismo-estrutural-na-escola-e-a-importancia-de-uma-educacao-antirracista> Acesso em: 04 de abril de 2022.

NÓBREGA, C. C. S. Educação antirracista no município de São Paulo: análises das experiências pedagógicas na área da educação física escolar. **ANAIS IV COPENE SUL. UNIPAMPA**, 2019. Disponível em: https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1557512044_ARQUIVO_17d51df2524ca42fa44df3fd2fd52673.pdf Acesso: 11 de abril de 2022.

PASSOS, J. C. As desigualdades educacionais, a população negra e a educação de jovens e adultos. **Educadores**, 2020. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/artigos/desigualdades_educacionais_eja.pdf Acesso em: 29 de abril de 2022.

REIS, D. S. Pandemia e desigualdades raciais na educação brasileira: olhares crí(p)ticos. **SciELO preprint**. 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2711/4746> Acesso em: 11 de abril de 2022.

RODHEN, F. Gênero, sexualidade, raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 157-174, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/XvTZcNdBGZtFyMgF46Pr5rF/abstract/?lang=pt> Acesso em: 29 de abril de 2022.

SANTOS, J. L. F. Lord e Lis: uma jornada em busca de reconstrução da identidade. **Dissertação (mestrado) do Programa de Ensino em Ciências Humanas, Sociais e da Natureza**. Universidade Federal do Paraná – PR, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3931> Acesso em: 12 de abril de 2022.

SANTOS, N. F. Silêncio, docência e práticas educativas: desafios, perspectivas e estratégias para uma educação antirracista. **Congresso Internacional de Educação e Inclusão**, 2014. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_10_11_2014_23_06_00_idinscrito_392_bf361ae9e2d325162f13063f056ccf23.pdf Acesso em: 04 de abril de 2022.

SUZUKI, J. S. Da infância ao preconceito: percepção das professoras acerca das práticas de intolerância racial na educação infantil em Gurupi – TO. **Dissertação (em mestrado) do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas**. Universidade Federal de Tocantins, 2019. Disponível: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1193> Acesso em: 04 de abril de 2022.